

DESIGUALDADE DE GÊNERO, TRABALHO E VIOLÊNCIA: a situação nos rios e florestas do Marajó.¹

Bianca Nascimento dos Santos

Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia

Universidade Federal do Pará, bianascimento42@hotmail.com

Vinicius Nascimento dos Santos

Acadêmico do curso de Licenciatura em Letras

Universidade Federal do Pará, viniciusguitar10@gmail.com

Solange Pereira da Silva

Prof.^a orientadora – Mestre em Educação

Universidade Federal do Pará, solangesilva@ufpa.br

RESUMO

O trabalho discute o gênero e a violência a partir das análises das entrevistas realizadas com o grupo de mulheres que participam do Projeto de Extensão aprovada pela PROEX/UFPA/2012/2013. Adotou-se como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica e documental, levantamento de dados através de entrevistas e questionários. Os resultados da pesquisa apontam que existe a necessidade de discutir o acesso aos direitos sociais das mulheres ribeirinhas no Arquipélago do Marajó.

Palavras chaves: Mulheres ribeirinhas, Direito, Educação.

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de fortalecer a defesa dos direitos individuais, coletivos e sociais, o Projeto de Extensão, objetivou promover ações socioeducativas com mulheres da comunidade do rio Jupatitupa, município de Breves, localizado no Arquipélago do Marajó. Serviram de corpus para este trabalho, os depoimentos de mulheres ribeirinhas moradoras dessa comunidade, várias delas são vítimas da violência do gênero, que residem em uma região marcada pela presença dos rios e matas e não dispõem de acesso aos direitos sociais e culturais produzidos pela sociedade como: saúde, educação, segurança, lazer, previdência social, proteção à maternidade.

Para realização dos estudos desenvolvidos na comunidade, optamos pela abordagem qualitativa, levando em conta alguns aspectos fundamentais nomeados por Bogdan e Biklen (1994, p.45), por “considerar a fonte direta de dados e o ambiente natural constituindo o investigador o instrumento principal, pois os aspectos de um contexto investigado podem ser mais bem compreendidos quando observados no local de ocorrência, considerando o contexto histórico”. Utilizou-se como instrumentos de pesquisa a entrevista semiestruturada, que de acordo com Lakatos (2004, p. 22) “é um instrumento muito eficiente para retenção de dados em profundidade sobre a problemática em foco e referente aos aspectos da vida social, e também à revisão bibliográfica”.

¹ Projeto de Extensão Mulheres Vivas dos Rios e das Florestas. Aprovado pelo Edital da PIBEX, 2012/2013 - Pró-Reitoria de Extensão/Universidade Federal do Pará, desenvolvido no Campus Universitário da UFPA do Marajó/Breves, pela Faculdade de Educação, coordenado pela Prof.^a. Me. Solange Pereira da Silva em parceria com a escola de ensino fundamental pela Faculdade de Educação e Ciências Humanas.

No primeiro tópico será apresentada uma breve discussão sobre o gênero no Brasil. Posteriormente, serão expostos os resultados da coleta de dados e também iremos aproveitar para problematizar sobre as questões evidenciadas.

2. Breve histórico sobre gênero no Brasil.

A partir das análises de Pedro (2011), sobre as Relações de Gênero como categoria transversal contemporânea, assinala - se que:

A primeira geração (ou primeira onda do feminismo) se deu no final do século XIX e início do XX, onde as mulheres reivindicavam direitos políticos – votar e ser eleita; direitos sociais e econômicos – como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança. A segunda onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado. Na segunda e terceira fase do feminismo, se destaca a interseção entre o movimento político de luta das mulheres, quando começam a ser criados nas universidades centros de estudos sobre mulher, estudos de gênero e feminismo. (p.271).

Segundo Narvaz & Koller (2006, p.648), a terceira fase do feminismo, apresentou a revisão das seguintes categorias de análise: “o conceito de gênero; a política identitária das mulheres; o conceito de patriarcado e as formas de produção do conhecimento científico”, ambas, pertencentes ao grupo de Harding, (1993); Louro, (1995); Scott, (1986).

A terceira fase rejeitou o debate produzido em torno das teorias que defendia o gênero a partir do sexo como categoria natural e binária, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina. Segundo Narvaz & Koller (2006):

A expressão “totalizante” foi usada para descrever a ideia até então vigente de que havia uma essência, uma única forma estável e homogênea de ser mulher ou de ser homem. Enquanto “sexo” descrevia os aspectos biológicos, “gênero” compreendia a construção cultural que ocorria sobre as diferenças entre homens e mulheres, com base nas diferenças biológicas. Esta concepção foi chamada de “sistema sexo-gênero” (p.650).

Os estudos de Scott (1995) evidenciaram outra forma de pensar o gênero, a partir de críticas às teorias já existentes, inclusive ao do sexo/gênero. Para Scott (1995, p.75) o termo “gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar construções culturais à criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres” [...]. Trata-se de uma forma de “definição, uma categoria imposta sobre um corpo sexuado”.

Argumentação da autora apontou para o processo constitutivo das relações de poder em diferentes contextos sociais. Para Scott (1995):

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (p.24).

Entretanto, Pateman (1995, apud GALVILANES; AGUIAR 2010, p.97) adverte que o patriarcado é a base conceitual para explicar a sujeição da mulher, e singulariza a forma do direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Para as autoras, se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá ser habilmente jogado na obscuridade das categorias convencionais da análise política. Os estudos de Ferreira (2010) destaca que, a violência na teoria sociológica clássica está atrelada aos conceitos de controle social e observa que:

Se o Estado é o órgão de controle e detém o monopólio da violência, no entanto, a liberdade individual e a paz social estão comprometidas, porque em sua grande maioria o Estado torna-se um instrumento de discriminação de identidade, demarcadas como moralmente inferiores tais, como, as de classes, raça, de gênero, de credo religioso (p.115).

Notadamente, os estudos feministas desde a década de 60, são decorrentes de diversas concepções teóricas que ora diverge ou se encontram e que vem desmistificando o conceito de violência na perspectiva dos teóricos clássicos no sentido de dar visibilidade as diferentes formas de violência existentes na sociedade civil, não somente as que são registradas na vida pública, da criminalidade, da prostituição consentida, da exploração sexual de crianças e adolescente, mas também a violência conjugal, vivenciadas na vida privada que estava silenciada historicamente na relação homem/mulher, e não ultrapassava desse espaço privado. Suarez e Bandeira (2002 Apud FERREIRA, 2010, p.45) apontam que “no âmbito das ciências sociais vem destacando o pensamento feminista, no sentido de dar formas e visibilidades, como violência contra mulher, violência de gênero, violência sexual, violência conjugal, violência familiar, violência verbal simbólica”.

Essas visibilidades da violência contra a mulher no Brasil se configuraram como uma das conquistas feminista a partir da década de 80, como por exemplo, as políticas públicas adotadas pelo Estado, começando pela criação da Secretaria Especial de Políticas para mulheres em 2003, com ações que culminaram nos Centros de Referência da Mulher, e Defensoria Pública, Plano Nacional de Política para Mulheres.

3. Resultados e Discussões

As bases iniciais para análise da pesquisa foram às entrevistas coletada de um grupo de mulheres participante do Projeto de Extensão, sobre a violência contra mulher em uma comunidade ribeirinha as margens do rio na Ilha do Marajó. Observou-se durante as análises que, o perfil sócio econômico da comunidade, no que se refere à organização estrutural das

(83) 3322.3222

contato@fipedbrasil.com.br

www.fipedbrasil.com.br

famílias, já não é mais a família nuclear ou modelo burguês ocidental, são famílias formadas por avós paternos e maternos criando seus netos, mulheres chefes de família, mulheres viúvas, mulheres casadas e divorciadas.

Notadamente, os rearranjos familiares descritos posteriormente não anulam os traços do patriarcado. Observa-se que, mesmo as mulheres exercendo tarefas iguais ao dos homens para sustento familiar, nas roças, na retirada do açaí, na pesca, na produção de artesanato, no mercado de trabalho, as tarefas não se caracterizam por igual na divisão de tarefa nos afazeres doméstico, a sua função doméstica está prescrita como foi determinada desde a sua formação familiar, o seu papel de serem responsáveis pelo funcionamento da casa. A fala das mulheres entrevistadas reflete bem essa relação:

(Ana) Chego cansada da pesca, pois saio todos os dias antes do amanhecer com o meu marido, mas ao chegar, tenho que limpar o peixe, pegar o terçado para retirar o açaí, preparar o alimento porque o meu marido e os meus filhos estão esperando pra comer, ainda tenho que aguentar o abuso quando ele bebe. **Quando questionada porque ela fazia tudo isso sozinha, já que tinha o marido e filhos, ela responde que esse era o seu papel, (grifo nosso)** “minha mãe ensinou assim”.

(Sueli) Trabalho duzentas horas, sustento minha família, meus filhos e meu marido e ainda sou agredida, com xingamentos, empurrões e às vezes até marcas no meu corpo.

Consoante Machado (1999), o rosto feminino é o maior receptor das agressões, constituindo um espaço da identidade da mulher onde o agressor imprime seu caráter de “posse”, de “ter” ou de “mando masculino”, e, nesse caso as mulheres sempre levam desvantagens, pois a força física é maior no caso dos homens, cuja violência faz do corpo feminino um grande receptor e sinalizador de maus tratos”. Quando questionadas se conhecem a lei Maria da Penha, de nº 11.340, de 07/08/2006, responderam:

(Marcia) Algumas colegas que já foram espancadas decidiram denunciar, mas o marido é quase sempre uma figura importante da comunidade, ou tem amigos influentes e a história não foi adiante, porque ninguém quer servir de testemunha, e não tem os resultados que a gente espera.

(Eva) Não sei se podem resolver problemas tão complicados...

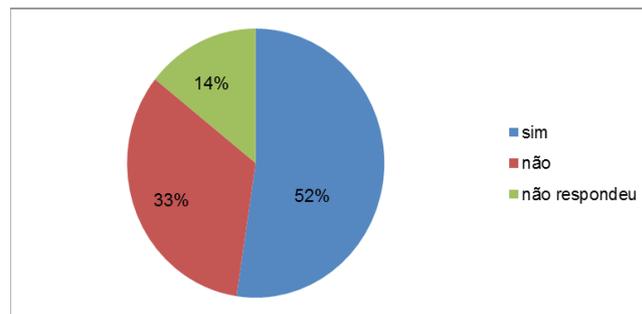
(Sandra) Aqui já aconteceu da mulher apanhar ficar toda roxa, como o homem não era muito querido na comunidade ela foi levada para denunciar, mas ela mandou avisar e quando a polícia chegou, ele já tinha fugido.

Há uma descrença nas falas das mulheres em relação a sua aplicabilidade, para ambas, a lei se constituiu, mas não está sendo possível atender todas as demandas de violência contra a mulher, principalmente na comunidade, onde elas não têm conhecimento dos direitos constituídos na lei, que nos últimos seis anos sofreram modificações para garantir a proteção da mulher, por exemplo, a votação de 10 a 1, no plenário do [Supremo Tribunal Federal](http://www.stf.jus.br)² onde

² O Globo. <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/02/lei-maria-da-penha-vale-mesmo-sem-queixa-da-agredida-decide-stf.html>>

decide que, o Ministério Público pode denunciar o agressor nos casos de violência doméstica contra a mulher, mesmo quando a agredida não apresente queixa. Outras questões cruciais, vão além das diferentes formas de violências provocadas nas relações conjugais e cotidianas, são as violências provocadas pela ausência do poder público, como apresentado no gráfico I:

Conhecimento exame preventivo do câncer do color uterino - PCCU



Fonte: gráfico elaborado pela pesquisa 2014

Parte das mulheres, nunca fizeram exames ginecológicos, tiveram partos acompanhados por parteiras ou por seus cônjuges, mesmo as mulheres que realizaram o exame, foram apenas uma vez, em algumas falas destacam que: “o exame é importante quando a mulher já estiver doente”, outras, “não veem necessidade” outras preferem não falar sobre o assunto. Notadamente, há certa resistência de parte de algumas mulheres em discorrer sobre assuntos referentes à vida íntima, é um tabu construído historicamente que vem desde a formação familiar e se perpetua por toda a vida. Expor a vida sexual, ou expor-se ao médico não é visto ainda por algumas mulheres como uma situação normal, no caso das mulheres ribeirinhas, muitas vezes não fazem isso por vergonha.

Considerações Finais

Ao analisar a conscientização, como processo exclusivamente humano, em que o protagonista é sujeito, Freire (2011) parte da compreensão crítica dos seres humanos, como seres existentes no mundo e com o mundo. É como seres conscientes, como sujeitos, que mulheres e homens, estão não apenas no mundo, mas com o mundo, diferente dos animais, que estão simplesmente no mundo, aderidos ao seu contexto mulheres e homens podem romper esta aderência e ir além do mero estar no mundo, recriando a sua existência. Portanto, vivendo numa sociedade com traços patriarcais, que predomina o silêncio, existir pode se constituir em apenas viver, praticar o devir de está com o mundo ainda é uma luta travada todos os dias na vida de mulheres ribeirinhas vítimas da violência doméstica e esquecidas pelo poder público. Desprovidas de direitos básicos como saúde, educação, direitos

constitucionais, parte das mulheres ribeirinhas enfrenta o fenômeno da violência no espaço doméstico desde a sua infância entre seus familiares (pais, irmãos) até a vida adulta com seus cônjuges, constituindo assim um processo cíclico que vai determinando as diferentes fazes da sua vida.

Nesse contexto, a educação formal e a informação tem um papel fundamental no processo de mudanças sociais que engloba as diversas maneiras de inclusão da mulher seja na vida social, cultural, no trabalho, no lazer e conseqüentemente como cidadã plena, essa educação precisa se constituir como instrumentos de lutas pelo empoderamento das mulheres na disputa do seu espaço na sociedade no que se refere à exigência do cumprimento dos seus direitos sociais, na realização do seu trabalho para produção da sua vida material.

REFERÊNCIAS

BIKLEN, Sari; BOGDAN, Roberto C. Investigação qualitativa em educação. **Porto: Porto Editora**, p. 134-301, 1994.

FERREIRA, Eliane Schmaltz. Entre fios e tramas—a ampliação da violência denunciada. **SOUZA, Marcio Fer**, 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural: para a liberdade e outros escritos**. Editora Paz e Terra, 2011.

GALVILANES, A. Hilda; AGUIAR, Neuma. **Patriarcado e gênero na análise sociológica da violência conjugal**. In (org) SOUZA, F. Márcio. – Belo Horizonte, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 1999. Disponível em: < <https://unb.br>.> Acesso em: 22 de setembro de 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. , set./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pd>>. Acesso em: 30 de setembro de 2016.

PATEMAN, Carole. O Contrato Sexual; trad. **Marta Avancini**. **Rio: Paz e Terra**, 1995.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pd>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. (1995). **Educação e realidade**, 2009.